



## **MUNICÍPIO DE CASTRO VERDE CÂMARA MUNICIPAL**

### **ATA DA 1ª. REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CASTRO VERDE, REALIZADA NO DIA 23 DE OUTUBRO DE 2017.**

**Nº. 23/2017**

Estiveram presentes os eleitos: António José Rosa de Brito, na sua qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Castro Verde, e Francisco José Caldeira Duarte, David Manuel Pego Merritt Marques, António João Fernandes Colaço e Alda Maria de Jesus Cabral Mestre na sua qualidade de Vereadores, a fim de se efetuar a 1ª. reunião desta Autarquia, convocada ao abrigo disposto no artigo 61º. da Lei nº.169/99, de 18 de Setembro, republicada pela Lei nº.5 - A/2002, de 11 de Janeiro.

#### **1. - ABERTURA:**

Achando-se presente o número legal para se constituir em reunião, foi a mesma declarada aberta pelo Senhor Presidente da Câmara, pelas 14,35 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

##### **1. Informações**

- a) Despacho nº. 1-P/2017 - Designação do Vice-Presidente da Câmara.
- b) Despacho nº.2-P/2017 - Designação do Vereador em regime de tempo inteiro.
- c) Despacho nº.3/2017 - Distribuição das funções e delegação de competências nos Vereadores.
- d) Despacho nº.4/2017 - Designação do Oficial Público do Município.
- e) Despacho nº.5/2017 - Designação do Escrivão dos processos de execuções fiscais do Município.
- f) Despacho nº.6/2017 - Designação do funcionário para lavrar as atas das reuniões da Câmara Municipal.
- g) Despacho nº.7/2017 – Designação do Chefe de Gabinete do Gabinete de Apoio à Presidência.
- h) Despacho nº.8/2017- Designação do Adjunto do Gabinete de Apoio à Presidência.
- i) Balancete (Informação relativa à situação financeira e de gestão do Município).

##### **2. Reuniões ordinárias da Câmara Municipal - Regimento, periodicidade e calendarização (Proposta nº.1-P/2017)**

3. **Fixação do número de Vereadores em regime de tempo inteiro. (Proposta nº.2-P/2017)**
4. **Delegação de competências da Câmara no Presidente da Câmara (Proposta nº.3/2017).**
5. **Obras a executar por administração direta da Autarquia (Proposta nº.4-P/2017).**

#### **1. - Informações:**

Deu o Sr. Presidente conhecimento dos seguintes despachos que proferiu no dia 18 do corrente mês de Outubro sobre os seguintes assuntos:

##### **a) Despacho nº. 1-P/2017 - Designação do Vice-Presidente da Câmara:**

“No uso da competência que me confere o disposto no número 3 do Artigo 57º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, designo o senhor vereador David Manuel Pego Merritt Marques para o exercício das funções de Vice-Presidente da Câmara Municipal de Castro Verde com efeitos a partir desta data.”

##### **b) Despacho nº.2-P/2017 - Designação do Vereador em regime de tempo inteiro.**

“No uso da competência que me confere o disposto nos números 1 e 4 do Artigo 58º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, determino que o senhor vereador David Manuel Pego Merritt Marques, designado Vice-Presidente da Câmara Municipal de Castro Verde por meu Despacho nº 1-P/2017 de 18 de Outubro, *exerça funções de Vereador em regime de tempo inteiro*, com efeitos a partir desta data.”

##### **c) Despacho nº.3/2017 - Distribuição das funções e delegação de competências nos Vereadores.**

No uso da competência que me confere o disposto no número 1 do Artigo 36º, do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, e considerando as atribuições legalmente fixadas para a Câmara Municipal e as competências próprias do Presidente determino que sejam distribuídas aos Vereadores a seguir designados as seguintes funções:

- Vice-Presidente/Vereador, **David Manuel Pego Merritt Marques:**

A coordenação e gestão corrente da atividade municipal nas áreas do Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento; do Gabinete de Planeamento e Gestão de Contratos; dos Estudos, Projetos e Fundos Comunitários; da Modernização Administrativa; na Educação, Cultura, Lazer e Desporto; da Reserva da Biosfera; no Turismo e iniciativas promocionais; na Segurança e Proteção Civil; nas Feiras e Mercados; do Gabinete Técnico Florestal; do Conselho Municipal na Defesa da Floresta e Incêndios, no Conselho Cinegético Municipal e do Conselho Municipal de Educação.

- Vereadora, **Alda Maria de Jesus Cabral Mestre:**

A coordenação e gestão corrente da atividade municipal na área do Gabinete de Apoio Social; na Saúde; no Sector de Gestão Ambiental, dos Serviços Urbanos, Higiene e Limpeza, drenagem e tratamento de efluentes; dos Espaços Verdes; da Habitação Social, do Gabinete Médico Veterinário; e da Comissão Local de Ação Social.

O Presidente **António José Rosa de Brito** assegurará, em termos políticos, a coordenação geral da atividade municipal bem como a cooperação com as Juntas de Freguesia do Concelho e as relações inter-institucionais e ainda a coordenação e gestão corrente da atividade municipal na área do ordenamento, gestão urbanística e obras municipais, compreendendo os domínios do planeamento estratégico, estudos e projetos, habitação, licenciamento de obras particulares, proceder ao lançamento de obras municipais e acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como na coordenação de gestão corrente da área da Administração e Finanças, nomeadamente na Secção Administrativa, na Secção Financeira e Património, na Secção dos Recursos Humanos, na Secção de Licenciamento de Urbanização e Edificação, na Secção de Aprovisionamento e Armazém, nos Sectores de Transporte e Máquinas e de Oficinas, do Abastecimento de Água assim como do Gabinete de Informação e Comunicação e do Conselho Municipal de Segurança.

### **Delegação de competências próprias**

No uso da competência que me confere o disposto no número 2 do Artigo 36º, do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, atendendo à distribuição de funções referida no ponto 1, e no sentido da eficiência dos serviços delego nos Vereadores a seguir designados as seguintes competências:

- *Vice-Presidente/Vereador* **David Manuel Pego Merritt Marques:**

As competências previstas nas alíneas a), b), c), l) e s) do número 1 do Artigo 35º, do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, na parte correspondente às áreas e respetivos domínios em que coadjuva o Presidente.

- *Vereadora* **Alda Maria de Jesus Cabral Mestre:**

As competências previstas nas alíneas a), b), c), l) e s) do número 1 do Artigo 35º, do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, na parte correspondente às áreas e respetivos domínios em que coadjuva o Presidente.

### **Representação da Câmara Municipal**

Considerando que a Câmara Municipal se faz representar em diversas entidades e atendendo à distribuição de funções e delegação de competências atrás referidas, na falta, impedimento ou indisponibilidade do Presidente, os Senhores Vereadores substituirão e representarão a Câmara Municipal conforme a seguir se indica:

- *Vice-Presidente/Vereador* **David Manuel Pego Merritt Marques:**
  - a) Associação Nacional de Municípios Portugueses;
  - b) Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo – CIMBAL;
  - c) Conselho Municipal de Educação.
  - d) Turismo do Alentejo, ERT;
  - e) Conservatório Regional do Baixo Alentejo.
- *Vereadora* **Alda Maria de Jesus Cabral Mestre:**
  - a) Fundação Joaquim António Franco e seus Pais.
  - b) Associação dos Municípios para a Gestão da Água Pública no Alentejo – AMGAP.
  - c) RESIALENTEJO;
  - d) Conselho Municipal de Segurança.
  - e) Comissão de Proteção de Crianças e Jovens.

## **Publicitação**

Do teor integral deste despacho deve ser dado conhecimento a:

- a) Vereadores da Câmara Municipal;
- b) Presidente da Assembleia Municipal;
- c) Presidentes das Juntas de Freguesia;
- d) Todos os Serviços Municipais.

Da parte correspondente deste despacho deve ser dado conhecimento a:

- a) Serviço Distrital de Proteção Civil;
- b) Comando do Posto da G.N.R. de Castro Verde;
- c) Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Castro Verde;
- d) Delegação de Castro Verde da Cruz Vermelha Português;
- e) Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo – CIMBAL;
- f) RESIALENTEJO;
- g) Associação dos Municípios para a Gestão da Água Pública no Alentejo - AMGAP;
- h) Turismo do Alentejo, ERT;
- i) Conservatório Regional do Baixo Alentejo.
- j) Fundação Joaquim António Franco e seus Pais.

### **ANEXO AO DESPACHO Nº 3-P/2017, de 18 de Outubro de 2017 - Descrição das competências delegadas nos Vereadores no âmbito das suas funções :**

**Competências expressas no número 1 do Artigo 35º, do anexo I à Lei nº Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro:**

- a) - “Representar o município em juízo e fora dele;”
- b) - "Executar as deliberações da câmara municipal e coordenar a respetiva atividade;”
- c) - “Dar cumprimento às deliberações da assembleia municipal, sempre que para a sua execução seja necessária a intervenção da câmara municipal;”
- l) - “Assinar ou visar a correspondência da câmara municipal que tenha como destinatários quaisquer entidades ou organismos públicos;”
- s) - “ Responder, em tempo útil e de modo a permitir a sua apreciação na sessão seguinte da assembleia municipal, aos pedidos de informação apresentados por esta;”

#### **d) Despacho nº.4/2017 - Designação do Oficial Público do Município:**

No uso da competência que me confere o disposto na alínea b) do número 2 do Artigo 35º, do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, designo a Técnica Superior, *Lúcia do Céu Roque Parrança* para o exercício das funções de *Oficial Público* do Município de Castro Verde, fazendo os contratos em que o Município de Castro Verde intervenha como parte, e a lei não exija a forma de escritura pública.

O presente despacho entra imediatamente em vigor.”

**e) Despacho nº.5/2017 - Designação do Escrivão dos processos de execuções fiscais do Município.**

Considerando o disposto no Decreto-Lei nº 433/99, de 26 de Outubro que aprovou o Código de Procedimento e de Processo Tributário e no uso da competência que me confere o disposto na alínea a) do número 2 do Artigo 35º, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, designo o Coordenador Técnico da Secção Financeira, José de Brito Silva Martins para o exercício das funções de *escrivão de execuções fiscais* do Município de Castro Verde.

O presente despacho entra imediatamente em vigor.

**f) Despacho nº.6/2017 - Designação do funcionário para lavrar as atas das reuniões da Câmara Municipal.**

No uso da competência que me confere o disposto na alínea a) do número 2 do Artigo 35º, no anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, conjugado com o número 2 do Artigo 57º, da mesma Lei, designo o Coordenador Técnico da Secção Administrativa, Fernando Colaço Sebastião para lavrar as atas da Câmara Municipal Castro Verde.

O funcionário designado será substituído nas suas faltas e impedimentos pela Assistente Operacional, Ana Isabel Brito Horta

O presente despacho entra imediatamente em vigor.”

**g) Despacho nº.7/2017 – Designação do Chefe de Gabinete do Gabinete de Apoio à Presidência.**

No uso da competência que me confere o disposto no número 1, alínea c) do artigo 42º, do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, nomeio, para o exercício das funções de Chefe de Gabinete, do meu Gabinete de Apoio Pessoal, o Dr. Leandro José de Almeida Gonçalves com efeitos a partir de 18 de Outubro de 2017.

**h) Despacho nº.8/2017- Designação do Adjunto do Gabinete de Apoio à Presidência.**

“No uso da competência que me confere o disposto no número 1, alínea c) do artigo 42º, do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, nomeio, para o exercício das funções de Secretária, do meu Gabinete de Apoio Pessoal, o Sr. João Luís Costa Silva, com efeitos a partir de 18 de Outubro de 2017.”

- **Balancete (Informação relativa à situação financeira e de gestão do Município).**

Tomou a Câmara conhecimento do Mapa Centralizador de Receita e Despesa, referente ao período de 1 de Janeiro a 20 de Outubro de 2017, o qual apresenta os seguintes saldos:

- Operações orçamentais:

Saldo do ano de 2016	613.533,64 €
Receitas cobradas	7.329.222,14 €
Soma	7.942.755,78 €
Despesas realizadas	7.343.857,81 €
Saldo em 20.10.2017	598.897,97 €

- Operações de Tesouraria:

Saldo do ano de 2016	222.188,32 €
Op. Extra - Orçamentais – Entradas	558.814,04 €
Soma	781.002,36 €
Op. Extra. Orçamentais – Saídas	585.466,93 €
Saldo em 20.10.2017	195.535,43 €

- Disponibilidades

Caixa	13.798,08 €
Fundos de Maneio	2.500,00 €
Instituições Bancárias	778.433,40 €
Total das disponibilidades em 20.10.2017	794.433,40 €
Documentos	21.986,44 €
Total de movimentos de tesouraria em 20.10.2017	816.419,84 €

- Total dos encargos de curto e médio prazo assumidos e não pagos respeitantes a fornecimentos, empreitadas e diversas prestações de serviços em 20 de Outubro de 2017: 718.084,42 €.

Tomou a Câmara Municipal igualmente conhecimento do resumo diário de tesouraria à data de 20 de Outubro corrente, assim como a relação da dívida de entidades credoras por período correspondente à mesma data, os quais se anexam à presente data, dando-se, por isso, como aqui integralmente transcritos.

## 2. Reuniões ordinárias da Câmara Municipal - Regimento, periodicidade e calendarização (Proposta nº.1-P/2017)

Submeteu o Sr. Presidente à apreciação da Câmara a seguinte proposta sobre o assunto em título:

“Considerando a experiência decorrente de mandatos anteriores e nos termos do disposto no número 1 do Artigo 40º do anexo I à Lei nº 75/13, de 12 de Setembro:

1. Que seja adotado como documento regulador do funcionamento das reuniões da Câmara Municipal, o regimento aprovado pelo anterior executivo, sem prejuízo do mesmo poder vir a ser revisto por posterior deliberação deste executivo;
2. Que, nos termos do disposto no número 1 do Artigo 40º do anexo I à Lei 75/2013, de 12 de Setembro, conjugado com o sentido do disposto no número 3 do Artigo 2º do Regimento da Câmara Municipal da Castro Verde, as reuniões ordinárias da Câmara Municipal se efetuem quinzenalmente, **às quintas-feiras, sendo pública a primeira de cada mês, às 21:00 horas no período de Inverno e às 21:30 horas no período de Verão e as restantes às 10,30 horas**, conforme o seguinte calendário,

### Ano de 2017

<b>2017</b>	<b>DIAS</b>		
Outubro		26	
Novembro	9	23	
Dezembro	7	21	

**Ano de 2018**

<b>2018</b>	<b>DIAS</b>		
Janeiro	4	18	
Fevereiro	1	15	
Março	1	15	29
Abril	12	26	
Maiο	10	24	
Junho	7	21	
Julho	5	19	
Agosto	2	16	30
Setembro	13	27	
Outubro	11	25	
Novembro	8	22	
Dezembro	6	20	

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores Francisco Duarte e António João Colaço, aprovar a proposta apresentada pelo Sr. Presidente.

**3.- Fixação do número de Vereadores em regime de tempo inteiro. (Proposta nº.2-P/2017)**

Apresentou o Sr. Presidente a seguinte proposta.

“Nos termos do disposto no número 2 do Artigo 58º da Lei nº Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, proponho que a Câmara Municipal *fixe mais um lugar de vereador a tempo inteiro*, para além daquele fixado no número 1 do referido Artigo, com efeitos retroativos à data de 17 de Outubro corrente.”

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente aprovar a proposta apresentada pelo Sr. Presidente.

**4 - Delegação de competências da Câmara no Presidente da Câmara (Proposta nº.3/2017).**

Submeteu o Sr. Presidente a apreciação da Câmara a seguinte proposta:

“Considerando que:

- O Decreto-Lei nº 310/2002, de 18 de Dezembro, transferiu para as câmaras municipais, a competência do licenciamento de diversas atividades anteriormente cometidas aos governos civis, nomeadamente o licenciamento do exercício de:
  - a) Realização de acampamentos ocasionais; (cf. artº 18º/1)
  - b) Realização de espetáculos de natureza desportiva (Provas desportivas, cf. artº 29º/1);
  - c) Realização de fogueiras tradicionais (Natal e Santos Populares, cf. artº 39º);
- a competência ao nível da delegação ou subdelegação destas matérias é da Câmara Municipal, segundo o que dispõe o artº 3º. do invocado regime.

Assim, e na sequência do exposto, permitam-me propor a V. Ex.ªs:

Porque seria um transtorno de todo, cada vez que aqui é solicitada uma licença para a realização de qualquer das referidas atividades, uma vez que o deferimento da mesma poderá ficar até 15 dias à espera da decisão do órgão competente, para além de ser pouco eficaz o pedido, ao nível da celeridade que este processo obriga, proponho que me deleguem tais competências, com a

possibilidade de subdelegação das mesmas no Senhor Vereador do Pelouro, no que se refere à referida atividade.”

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente, aprovar a proposta apresentada pelo Sr. Presidente.

#### **5. Obras a executar por administração direta da Autarquia (Proposta nº.4-P/2017).**

Apresentou o Sr. Presidente a seguinte proposta sobre o assunto em título.

“Nos termos do disposto no n.º 2 do Artigo 18.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de Junho, republicada no Decreto-Lei nº.18/08, de 29 de Janeiro, proponho que seja enviada à Assembleia Municipal, para deliberação e aprovação desta, o pedido de autorização para que o valor limite para lançamento de obras pela autarquia em regime de Administração Direta seja de € 750.000,00 (150.361.500\$00).”

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente aprovar a proposta apresentada pelo Sr. Presidente.

#### **6. - APROVAÇÃO EM MINUTA:**

Desta reunião se lavrou minuta, a qual foi aprovada, por unanimidade pela Câmara, para que produza efeitos imediatos.

#### **7 - ENCERRAMENTO:**

Não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a reunião pelas 15,05 horas, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada por todos os membros presentes, assim como pelo Coordenador Técnico da Secção Administrativa, Fernando Colaço Sebastião, nos termos do nº. 2 do artigo 57º., do anexo I da Lei nº. 75/2013, de 12 de Setembro.